

AP.10  
2000

2a

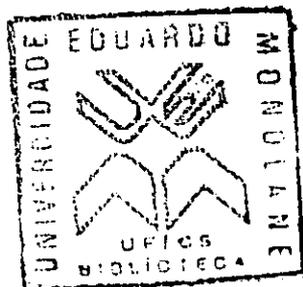
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais  
Licenciatura em Administração Pública

**Relação do Estado com as comunidades Locais; Caso  
da Actuação da Comissão Nacional da Reinserção  
Social na Aldeia 1º de Maio de Corrumana**

U.E.M. - UFICS	
R. E.	4388
DATA	12 / 07 / 05
AQUISIÇÃO	Oferta
GOTA	AP-10

Discente: Rosa Felismina Mudanisse Vique  
Coordenador : Bernard Wheimer

Maputo, Junho de 2000



1. Do ponto de vista da forma o trabalho é tratado "em si": Com raras exceções e de acentuação a frases próximas (imagens ou palavras mais) Ex "o presente trabalho trata, faz a tese de pg. 11."
2. Do ponto de vista do conteúdo:
  - O trabalho é pobre em densidade teórica;
  - faz afirmações e tiradas pg. 3
  - Não está clara a hipótese inicial na pg. 7 que condiciona os resultados
  - A argumentação assenta em suposições pg. 20.
  - Não há conexão entre as objectivas e as conclusões.

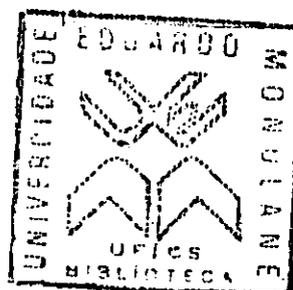
28

As objecções do trabalho foram elaboradas a meio da exposição.

## Agradecimentos

À minha família.  
Aos meus amigos.  
Aos meus professores.  
Aos meus colegas da UFICS/ISA  
A todos os funcionários da UFICS/ISA

Um agradecimento muito especial a todos quantos na CRNS e CPRS tornaram possível a realização deste trabalho.



7.

## Resumo

O presente trabalho trata faz uma abordagem a questao do relacionamento do Estado com as comunidades locais nao autarcizadas.

A principal ideia avançada e a de que o factor participação nao deve ser exclusivo das comunidades autarcizadas e sim constituir um ideal e uma pratica constante de governação proximas dos governados.

Para "medir" se efectivamente o factor participação esta ja na agenda de governação analisei a actuação da Comissao Nacional de Reinserção Social numa comunidade rural nao municipalizada- a Aldeia 1 de Maio em Corumane, donde pude constatar que essa practica e ainda praticamente inexistente ao nivel da pratica.

Nao obstante descurar-se o factor participação, esta Comissao tem feito abordagens bastante interessantes no ataque aos problemas de cariz social, nomeadamente atraves de abordagens multidisciplinares e intergovernamentais.

Outra inovação trazida por esta Comissao e a responsabilização as comunidades na resolução dos problemas, facto que vai permitir que estas readquiram a confiança e saiam do ciclo de dependencia a que estao sujeitas.

## INDICE

### **PRIMEIRA PARTE**

**Pag.**

Introdução-----	1
Contexto-----	2
Justificação do Tema-----	4
CNRS-----	4
Problema-----	6
Objectivo Geral-----	7
Objectivos Especificos-----	7
Hipotese-----	7
Campo de Análise-----	8
Quadro Teorico-----	11
Quadro Conceptual-----	12
Metodologia-----	13

### **SEGUNDA PARTE**

Dados Recolhidos-----	15
Análise dos Dados-----	16

### **TERCEIRA PARTE**

Conclusões-----	21
Recomendações-----	23
Bibliografia-----	24

## Introdução

O presente trabalho tem por objecto o estudo da relação do Estado com as comunidades locais não inseridas em autarquias.

Concretamente trata-se da actuação da Comissão Nacional de Reinserção Social na Aldeia 1 de Maio em Corumane.

Por conveniência de abordagem a apresentação vai seguir o seguinte plano:

① A primeira parte será dedicada a apresentação do objecto de estudo e todos dados referentes a sua construção, nomeadamente o contexto em que se insere, a sua justificação, o problema, os objectivos geral e específico, as hipóteses avançadas, o campo de análise e a metodologia usada.

A segunda parte será dedicada a apresentação dos dados recolhidos e a sua análise, com recurso a teorização existente sobre o assunto.

Na terceira parte apresentam-se as conclusões e as recomendações finais.

## PRIMEIRA PARTE

### Contexto

Em resultado da revisão constitucional, das reformas estruturais e do processo de paz é iniciada no início dos anos 90 a descentralização do sistema político-administrativo como pressuposto fundamental para uma governação mais eficaz e desenvolvimento mais sustentável.

Em 1994, após anos de estudos e discussões, num exercício de alargamento da democracia e participação previstos constitucionalmente é aprovado pelo parlamento moçambicano, ainda monopartidário, o quadro institucional dos distritos municipais, consubstanciado na lei 3/94 que prevê a municipalização de todo o país através da institucionalização de distritos municipais rurais e urbanos, gozando de relativa autonomia, com órgãos representativos e presidentes dos conselhos municipais eleitos.

Com as eleições de 1994 e constituição do primeiro parlamento multipartidário, por razões constitucionais é introduzida em 1996 uma emenda a nova constituição, a lei 9/96 que restringe a noção de poder local aos aglomerados urbanos, ficando de fora, desse modo, o grosso dos distritos, postos administrativos e localidades com características eminentemente rurais, passando a coexistir dois sistemas de administração local; os Órgãos do Poder Local e os Órgãos Locais do Poder do Estado.

O fundamento da instituição dos municípios é o de que esses órgãos devido a proximidade aos administrados melhor organizariam a participação destes na

solução dos problemas próprios da comunidade, promovendo o desenvolvimento e aprofundando a democracia.

Suas competências foram constitucionalmente atribuídas e referem-se a "(...) realização de tarefas e programas económicos, culturais e sociais de interesse local(...)"(Constituição da República, Art.187).

Quanto aos órgãos locais do poder de Estado, o seu sistema político-administrativo é constituído por elementos representantes do poder central, isto é, nomeados por este e sem que a comunidade tenha participação na sua escolha nem nas decisões por eles tomadas.

O estudo a levar a cabo insere-se na problemática da relação do Estado com as comunidades locais não inseridas em autarquias.

A grande questão é: Não havendo órgãos representativos e nem executivos de âmbito local, que de alguma forma velem pelos interesses eminentemente locais, haverá aqui um deficit de participação e de democracia, ou então mecanismos alternativos podem de alguma forma minorar esta falta?

*Não é verdade!*

A questão da democracia aparece ligada de forma bastante estreita a questão do desenvolvimento social e participação comunitária, esta colocada mais no âmbito de problemas concretos da comunidade.

Mais concretamente trata-se do relacionamento da Comissão Nacional de Reinserção Social com os habitantes da Aldeia 1º de Maio, Circulo de Chavene, Posto Administrativo de Sabie, distrito da Moamba, provincia do Maputo.

A escolha recaí neste tipo de aglomerados populacionais na medida em que o grosso das populações aí reside e ser de "alguma maneira o espaço de participação da comunidade e o elo de articulação entre o Estado e o Cidadão" ( J. Óscar Monteiro: Fonte não publicada).

Mais especificamente a escolha da Aldeia 1 de Maio (por mim) deveu-se a existência neste espaço de todas as categorias definidas como grupo-alvo, que mais adiante serão especificadas.

### **Justificação do Tema**

A escolha deste tema deve-se fundamentalmente ao interesse particular de perceber alguns dos mecanismos de governação numa altura em que todas as atenções se viram para aquilo que se espera que seja a nova filosofia de governação pretendida com as reformas estatal e abertura levando a administração e os administradores mais próximos dos governados.

### **Comissão Nacional de Reinserção Social ( CNRS)**

Orgão do Conselho de Ministros ( Poder Central), criada pelo decreto 22/95 de 6 de Junho, com a responsabilidade de coordenar as acções de reassentamento e reinserção económica e social da população vulnerável.

Redimensionando as suas actividades á realidade actual do país a CNRS elaborou e encontra-se a implementar o Programa Nacional Integrado de Acção Social, Emprego e Juventude (PNIASEJ), cujo objectivo é propiciar

oportunidades de emprego e formas inovadoras e alternativas de geração de rendimentos, dirigidas essencialmente para os grupos vulneráveis.

Programa que compreende 3 componentes- Acção Social, Emprego e Juventude.

De acordo com o objectivo geral do Programa os beneficiários são definidos como sendo os extractos mais desfavorecidos da população do país, considerando-se no entanto como grupo alvo prioritário "as pessoas ou grupos de pessoas que se encontrando em situação de pobreza não disponham de capacidades mínimas e de alternativas que lhes possibilitem sair do estado em que se encontram pelos seus próprios meios" sic.(PNIASEJ: 42).

Assim sendo foram definidas categorias e os critérios de elegibilidade, nomeadamente:

- **Mulheres-** Mulheres chefes de agregados familiares, mães com crianças deficientes ou abandonadas, as mulheres vitimas de violência, as mães solteiras desempregadas, a mulher portadora de deficiência, as mulheres vitimas de prostituição e as mulheres membros de agregados familiares pobres e numerosos.
- **Crianças/Jovens-** Crianças abandonadas ( crianças da rua e na rua, crianças orfãs), as crianças/jovens toxicodependentes e delinquentes, as crianças/jovens portadoras de deficiência, as crianças malnutridas e as crianças /jovens vitimas de prostituição e do abuso sexual, as crianças /jovens traumatizadas pela guerra, os jovens desempregados membros de agregados familiares pobres e numerosos.

- **Pessoa portadora de deficiência-** Pessoas portadoras de deficiência chefes de de agregados familiares , as pessoas portadoras de deficiência desempregadas, as pessoas portadoras de deficiência abandonadas , as pessoas portadoras de deficiência toxicodependentes.
- **Idosos-** Idosos abandonados e desamparados , os idosos chefes de de agregados familiares, os idosos doentes crónicos.
- **Doentes Crónicos-**Doentes crónicos desamparados, podem incluir-se também os doentes de SIDA e seus familiares desde que se encontrem dentro das categorias anteriormente descritas.
- **Reclusos-** Reclusos jovens de ambos os sexos, sem profissão, e as mulheres reclusas com filhos.

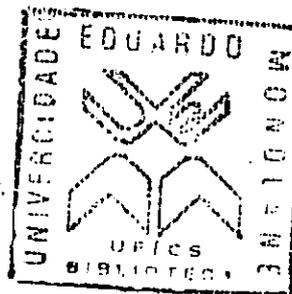
É composta a nível central pelo Ministério para a Mulher e Coordenação da Acção Social cujo ministro assume a presidência.

Pelo Ministério do Trabalho, cujo ministro assume a vice-presidência, e pelo Ministério da Cultura e Juventude.

A nível da Província é presidida pelo Governador Provincial e funciona com os representantes das instituições que a integram.

### **Problema**

Sendo estas comunidades (Comunidades rurais) dirigidas por elementos nomeados e representando o poder central e o factor participação não



*esta frase ~~está~~ está <sup>com fuso</sup> completa.*

*em atitude?*

institucionalizado / só uma mudança de atitude do central no relacionamento com as comunidades locais permitiria uma redução do defice de participação e democracia e alargaria substancialmente a legitimidade governativa, lançando as bases para uma convivência salutar, onde os conflitos seriam facilmente sanáveis, sob pena de as decisões se revelarem descaracterizadas e não reflectirem as sensibilidades locais.

### Objectivo Geral

Analisar o tipo de relacionamento que se estabelece entre o Estado e as comunidades Locais

### Objectivos Especificos

- Analisar, através do PNIASEJ, a relação da CNRS com as Comunidades.
- Analisar no PNIASEJ a importância de um diálogo com a realidade local
- Analisar como o programa acomoda os interesses e perspectivas das Comunidades Locais.

### Hipotese

A despeito do PNIASEJ emanar de um orgao central, e ser implementado por elementos do poder central, a abertura a participação dos beneficiarios permite o respeito pelos interesses locais.

*onde está sobre o elemento importante*

## **Campo de Analise**

O estudo vai ser levado a cabo na aldeia 1 de Maio, pertencente ao circulo de chavene, Posto administrativo de Sabie, distrito de Moamba, Provincia do Maputo.

Trata-se de uma de cerca de 7 ou 8 aldeias da Localidade onde se situa a Barragem de Corrumane.

Esta aldeia surge com a construção da barragem de Corrumane, e que por oferecer segurança no periodo do conflito armado levou a que muitos optassem por aí fixar-se definitivamente.

Possui 670 habitantes, sendo 404 homens e 266mulheres, destas 37 são mulheres chefe-de -familia, há tambem 28 idosos desamparados, 9 toxico-dependentes, 82 desempregados, dos quais 14 jovens e 19 deficientes.

Tem como infraestruturas 1 posto de saúde (no acampamento de Corumane que dista cerca de 1 km), 1 casa mortuaria, 1 mercado informal, 1 Escola EP1que funciona nas instalações degradadas de um antigo quartel e 1 posto policial.

A rede de comercialização é constituída por uma pequena loja e algumas barracas de construção precária.

As principais actividades são a agricultura de sequeiro em que a produção básica é de milho, feijao nhemba, tomate repolho, cebola, feijao manteiga, cenoura, cana-de-açucar,

Outra alternativa é o trabalho migratório na Africa do Sul, para onde vai habitualmente o grosso dos homens, na maioria os jovens, havendo também alguns pescadores individuais exercendo a actividade na Albufeira de Corumane.

O estudo vai incidir sobre o projecto "peixe de Corumane" cujo objectivo é a promoção de actividades geradoras de rendimento, através da pesca e venda de pescado.

Para a consecução deste projecto foi criada uma cooperativa de pescadores formada por 10 cooperativistas a quem foi fornecido o equipamento necessário á actividade, isto é, barcos de Madeira e redes, com os quais trabalham 30 pescadores, tendo cada cooperativista 3 pescadores.

Estes pescadores e cooperativistas foram recrutados no meio de jovens desempregados e deficientes físicos, segundo critérios definidos pela Comissão de Reinserção Social, cuja base relevante é o "grau de vulnerabilidade", isto é, os ilegíveis deviam para além de pertencerem eles mesmos ao grupo definido como vulnerável ter sob a sua responsabilidade outros elementos também pertencentes a este grupo.

Incluiu-se também a responsabilidade, seriedade e bom comportamento cívico e moral, na medida em que estes beneficiários directos ficaram encarregues de dinamizar a actividade expandindo-a e á cooperativa com o uso de recursos resultantes da actividade pesqueira, englobando mais cooperativistas - em 2 anos devem criar mais 10 cooperativistas- e provendo-os de equipamento necessário, á semelhança do que foi feito pela Comissão Nacional de Reinserção Social.

Foi também dada a responsabilidade de, com os recursos da actividade, providenciar o desenvolvimento comunitário através da construção de infraestruturas, caso de escola, acessos, hospital, padaria e outros dado que são infraestruturas e serviços que fazem bastante falta á comunidade e que devem ser providenciadas com recurso aos fundos da cooperativa.

Nos 2 anos o programa prevê criar 84 postos de trabalho permanentes, a construção de um asilo para os 28 idosos desamparados com a ajuda das mulheres chefe-de-família e uma escola com uso de material local.

Através deste projecto concreto, que resulta do Programa Nacional Integrado de Acção Social Emprego e Juventude, da sua implementação, pretendo analisar esta questão, perceber principalmente a concepção do projecto e de que maneira esta concepção tomou em consideração ou incluiu a participação dos beneficiários particularmente e das populações da Aldeia, no geral, se se tomar em consideração a importância da comunidade na concepção dos projectos de cariz social.

A participação, na concepção e não apenas na execução, reveste-se de capital importância se se considerar que ela, a participação, leva a que as pessoas expressem e analisem as realidades das suas vidas e condições, na medida em que dá voz aos pobres levando-os a analisarem e exprimirem os seus problemas e prioridades, "pode levar a revelações importantes ( e por vezes surpreendentes) que pode contribuir para a criação de políticas dedicadas a servir as necessidades dos pobres. Fundamentalmente pode desafiar as percepções das autoridades e começar a modificar atitudes e agendas"sic (Relatório do Desenvolvimento Humano :1997:105).

## Quadro Teórico

À questão de desenvolvimento humano, no caso, eliminação da pobreza e reinserção social alia-se de forma bastante íntima o conceito de governação na medida em que, sendo este o exercício da autoridade política, económica e administrativa com vista o alcance de um bom governo se busque o consenso da sociedade, dado que e segundo Bernardo Kliksberg "a participação da comunidade é imprescindível para a eficiência de programas sociais (...) tais modelos obstruem a participação, geram múltiplos conflitos com a comunidade e são incapazes de captar os sinais dela provenientes"(Kliksberg, 1995).

A discussão permanente com a população confere por um lado maior legitimidade a intervenção do Estado, e por outro lado favorece ou potencia a construção de processos democráticos e por via disso o desenvolvimento da cidadania.

A criação de estruturas de consulta e concertação- Novas fórmulas para mobilizar a cumplicidade dos governados- que marca a passagem de um Estado burocrático e fechado sobre si mesmo, a um Estado cuja filosofia é a abertura e a transparência, tem por objectivo maximizar a participação-colaboração dos indivíduos em ordem a tomada de decisões eficazes com cunho nitidamente democratizante.

Sobre a matéria do estudo que pretendo levar a cabo, que se refere aos mecanismos não-institucionais com vista a redução do defice de democracia e participação em escalões territoriais não-municipalizados, alguns autores, nomeadamente Jose Oscar Monteiro apontam a necessidade de se constituir um

fase  
prohixa

orgão de consulta em materias familiares, sociais e culturais onde se fariam representar as personalidades de prestígio da zona.

### **Quadro Conceptual**

- **Comunidade Local-** Este é um conceito que não tem merecido o consenso dos vários estudiosos, na medida em que tanto pode reportar-se aos limites geográficos territoriais ou ainda a comunhão de interesses por parte de grupos populacionais.

Neste trabalho percebe-se **Comunidade local** como o “ agrupamento de famílias e individuos vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, áreas agricolas sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sitios de importância cultural, pastagens, fontes de água, áreas de caça e de expansão”(Lei 10/99).

- **Administração Pública-** O conceito de Administração Publica pode ser visto tanto do ponto de vista Orgânico como do material.

O conceito é aqui usado do ponto de vista material, ou seja, a “actividade dos Orgãos do Estado que procura assegurar a satisfação regular das necessidade colectivas empregando para esse efeito os recursos adequados” (M.de Areias Amaro: 1984:8).

- **Poder Local-** O poder Local refere-se ás Autárquias Locais, ie, é o Poder que resulta da descentralização por via da devolução a uma pessoa colectiva de direito público com vista a consecussão de interesses públicos, num

determinado espaço territorial, cujos órgãos executivos e representativo são escolhidos com recurso a votação.

- **Participação**-O conceito de participação liga-se ao conceito de democracia e refere-se a capacidade que os cidadãos ou as comunidades têm de influenciar o processo decisório através da identificação de problemas e propôr soluções para os mesmos.

### **Metodologia**

Para a realização deste trabalho fiz uso das seguintes técnicas:

- a) Pesquisa Bibliográfica, com o objectivo de :
  - Obter um conhecimento prévio da zona em estudo
  - Buscar o suporte teórico para o trabalho
  - Saber se há outros trabalhos sobre a matéria que me pudessem servir
  
- b) Trabalho de Campo, com recurso a :
  - Guião Prévio
  - Entrevistas semiestruturadas, com uso de anotações em caderno de campo.Foi com base nestas anotações que escrevi o presente trabalho.

As entrevista foram feitas a :

- Beneficiarios Directos:
  - Cooperativistas - O chefe da Cooperativa e 2 outros cooperativistas.
  - 6 pescadores
  - 1 mulher ligada ao projecto ( com funções de gerir o fundo da Cooperativa)
- Chefe da Aldeia ( que representa tambem a título interino a localidade)

- Beneficiarios indirectos:
  - Grupo de 5 mulheres camponesas
  - 3 jovens que frequentemente e ilegalmente emigram para a Africa do Sul.
  - 2 pessoas do grupo que elaborou o projecto
  
- Estava previsto também entrevistas a grupos que se opuseram a este projecto mas, infelizmente a autora deste trabalho não pôde identificá-los e os motivos que lhe foram apresentados referiam-se a ausência definitiva destas pessoas naquele local.

A opôr-se ao projecto estavam também os pescadores das aldeias vizinhas – cerca de 7-8- que também exercem sua actividade na mesma albufeira, a de Corrumane.

O argumento principal que estes últimos apresentam é o de que os 10 pescadores da 1 de Maio porque dispõem de bons barcos e boas redes vão acabar com os peixes da albufeira nada restando para eles.

Esta entrevista revestia-se de grande importância pois daria uma noção da realidade social da comunidade e das relações de força nela existentes.

Seria importante analisar como a Comissão geriu este problema concreto de oposição não só no interior da aldeia como em todas aldeias vizinhas.

## SEGUNDA PARTE

### Dados Recolhidos

A concepção do projecto obedeceu fundamentalmente a dois factores; antes de mais a existência de grupos vulneráveis no local; depois a existência de potencialidades na zona tal seja a albufeira de Corumane, a mão-de-obra, a existência já de uma actividade piscatória na zona.

A actividade nesta zona era e é ainda exercida com recurso a barcos feitos com material inapropriado (chapas de zinco) facilmente degradavel e pelo facto de haver muitas arvores mal cortadas no leito da albufeira as redes usadas facilmente rompiam-se e rompem-se.

O projecto foi desenhado por três elementos pertencendo cada um a cada uma das três direcções integrantes da Comissão Provincial de Reinserção Social<sup>1</sup>, e um perito de programas da CNRS.

Aquando da concepção do projecto estes 4 elementos não tinham ainda tido o contacto com estes grupos, o contacto era estabelecido ao nível das entidades governativas do distrito e posto administrativo, nomeadamente o administrador do distrito e o chefe do posto administrativo tendo aparecido aos interessados, isto e, a comunidade já com o projecto elaborado

A primeira abordagem foi ao secretário-adjunto da aldeia- que vem a ser o chefe da cooperativa- este tendo tomado conhecimento que as estruturas do posto administrativo estavam ao corrente do projecto reuniu todos os antigos pescadores no desemprego, os pescadores em exercício de actividade e outros

---

<sup>1</sup> Direcção Provincial da Cultura e Juventude, Direcção Provincial da Mulher e Acção Social e Direcção Provincial do Trabalho.

desempregados os quais tiveram que preencher um formulário que basicamente pretendia extrair informações sobre a actividade do candidato, isto é, que é que fazia; sobre o agregado familiar do candidato, das actividades dos membros do agregado e das aspirações deles ( dos candidatos).

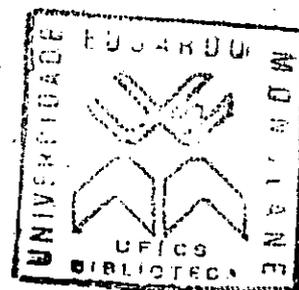
Respondendo a uma pergunta sobre os critérios que levaram a escolha desta aldeia<sup>2</sup>, foi dito a autora deste trabalho que a principio o projecto não era para a Aldeia 1º de Maio, e sim para uma aldeia vizinha mas porque quando os elementos da Comissão para lá se dirigiram para a apresentação do projecto os responsáveis da aldeia reuniram toda a população e estes elementos achando não haver condições de diálogo desistiram indo então para a Aldeia 1 de Maio.

### **Análise de Dados**

A metodologia adoptada por este programa prioriza como parceira fundamental para lograr os seus objectivos e as transformações, a família e a Comunidade.

É o tipo de programa ,que do ponto de vista de exercicio metodologico, se enquadra naquilo que é vulgarmente conhecido como IDLI, isto é, Iniciativas de Desenvolvimento Local Integrado, que se definem como "iniciativas centradas sobre a promoção de desenvolvimento de micro-empresas locais, produzindo produtos com factores locais e respondendo antes de mais a uma demanda local(...)"(Carvalho:107).

Baseam-se na participação e mobilização das populações locais, na valoração dos recursos locais humanos, fisicos, processos de produção, isto é, mobilizam o potencial que representa a especificidade e as capacidades a nível local.



Este tipo de acções de desenvolvimento local buscam entre outros :

- A estimulação do espirito de iniciativa local
- A criação de micro-empresas
- A criação directa de emprego
- A promoção da participação de mulheres e jovens no processo de desenvolvimento.
- O aproveitamento e valorização das capacidades e iniciativas existentes no sector informal local.
- O espirito de criatividade e inovação económica ao nível local.
- A fixação sobretudo dos jovens nos locais de origem evitando a pressão sobre os centros urbanos, etc.

Como já me referi acima este tipo de exercício para lograr os objectivos deve contar com a participação das populações em todos os estágios, nomeadamente desde a concepção de modo a se ganhar a cumplicidade por um lado e a dimensão real dos problemas a resolver, por outro.

Esta participação não é necessariamente uma participação directa ( que no caso vertente seria até desejável, dado o número reduzido de habitantes ), mas uma sorte de auscultação prévia que permitisse por um lado colher a opinião das pessoas sobre o tipo de projecto que lhes fosse mais favorável.

Isto permitiria a recolha de um leque de alternativas das quais se extrairia a que fosse mais de acordo com as perspectivas da comunidade, o que a partida dava

---

<sup>2</sup> Segundo informações colhidas no local nesta localidade há cerca de 6 a 7 aldeias com os mesmos problemas de vulnerabilidade e cujos pescadores exercem sua actividade também na albufeira

todas as garantias de sucesso, dado que representaria de facto o que as pessoas querem.

Este é aliás uma metodologia largamente usada noutros países, designadamente África do Sul, onde segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano, se está a procura de meios para a erradicação da pobreza através de um processo conduzido pelas pessoas.

Neste país um estudo levado a cabo em mais de 150 comunidades de todo o país avaliou a percepção das pessoas em relação aos problemas que as afectam inquirindo-as quanto as formas que achavam mais eficazes para alterar a sua situação.

Programa semelhante foi levado a cabo no Brasil, onde as entidades procuraram ouvir o grosso número de pessoas pobres e marginalizadas vivendo nas favelas, num programa que ficou conhecido como "Fala Favela".

Esta preocupação não é visível no projecto "peixe de Corrumane", o qual foi elaborado sem este contacto crucial para o sucesso deste tipo de projectos.

Para a elaboração deste projecto partiu-se do pressuposto de que tendo havido já esta actividade, ou melhor havendo ainda, e estando os pescadores no desemprego ou não tendo meios o projecto seria recebido com agrado.

De facto tal pode suceder, mas o grau de incertezas é muito maior, para além de se correr o risco de só reunir o acordo do pequeno grupo de pescadores em desfavor da totalidade da Comunidade, gerando múltiplos conflitos, aliás como o que está a acontecer.

A ideia que eu defendo é de que se tivesse havido uma auscultação prévia, provavelmente o projecto eleito fosse outro, caso de um projecto de drenagem de água para irrigação dos campos, que reuniria maiores consensos das populações na medida em que a falta de água para regar os campos constitui um problema, que segundo alguns depoimentos, a comunidade queria ver resolvido, e porque beneficiaria directamente uma grande parte dos habitantes dado que esta é a principal actividade dos aldeões.

Ou não sendo, a auscultação prévia seria fundamental para eliminar ou pelo menos reduzir substancialmente os focos de conflito, na medida em que se estabeleceriam canais de comunicação e de informação sobre as vantagens futuras do empreendimento para a comunidade.

Outra vantagem que pode advir de uma auscultação às populações refere-se a possibilidade de se perceber os mecanismos de exclusão no interior da comunidade de maneiras a tomar em conta quando for o caso de agir.

Outro ponto fundamental ao qual devo fazer referência é o carácter em que foi criada a cooperativa.

A cooperativa de pescadores foi uma condição imposta aos pescadores pela Comissão.

Esta situação, e segundo Ostrom, pode levar a um desmembramento precoce dessa mesma associação na medida em que os pescadores podem ter acedido em criá-la na intenção de ganhar os barcos e não pelo facto de um entendimento destes daquilo que são as vantagens do associativismo.

Outra questão é que os formulários preenchidos<sup>3</sup> posteriormente a elaboração do projecto podem ter dado uma ideia errada aos elementos que elaboraram o projecto, senão vejamos: estes foram preenchidos *estava já o projecto elaborado e sabia-se já que se tratava de um projecto de pesca, isso naturalmente pode ter levado a que muitos ou alguns afirmassem ter sido ou querer ser pescador na perspectiva única de usufruir do projecto- não nos esqueçamos que se trata de grupos desfavorecidos- e isso pode ter dado, ou não, uma ideia errada de que de facto o projecto de pesca era o mais indicado pois o grosso dos desempregados optava pela pesca.*

*Suposição!*

Não obstante todos estas lacunas, um grande mérito deve ser apontado a este projecto : a visão que favorece a transferência da responsabilidade de resolução de problemas para a comunidade, fornecendo meios materiais iniciais, assistência técnica, apoio e treinamento<sup>4</sup>.

Isto é a meu ver positivo na medida em que infunde confiança nas pessoas fazendo-as sentir-se capazes, mudando as suas perspectivas, e principalmente, "a transferência de responsabilidades para a comunidade habitualmente soluciona seus problemas muito melhor que os serviços publicos" sic(Reinventando o governo:68).

Como ponto positivo deve também apontar-se o facto de este projecto resultar de uma visão que reconhece a complexidade e a multidimensionalidade do problema a tratar, um projecto que pretende superar a visão unilateral e estática de resolução de problemas sociais, com o reconhecimento de que o sucesso dependerá de uma mudança de enfoque restrita e isolada para um abrangente,

<sup>3</sup> veja anexo

<sup>4</sup> os pescadores beneficiaram de formação não só de pesca mas também de gestão de toda actividade.

multiinstitucional, reunindo os esforços de diversas entidades de diferentes campos, neste caso, nomeadamente o trabalho, a acção social e a juventude.

Este tipo de abordagem- abordagem multiinstitucional- é a ver de Kliksberg, mais eficaz na medida em que os processos que conduzem a pobreza podem ser aferidos sob várias perspectivas, resultando que para se obter sucesso num campo deve se sempre considerar outro “ qualquer objectivo em qualquer campo importante só será alcançado com avanços coordenados noutros campos”, “passar do conceito de gerência isolada de organismos ao de gerência intergovernamental” sic(Kliksberg:84).

## TERCEIRA PARTE

### Conclusões

A primeira conclusão a que eu chego é de que a importância da participação dos individuos na discussão de decisões que afectam suas vidas ainda não foi percebida pelo Estado, e pelos organismos que o compõem, pelo menos a nível de prática ainda não há essa cultura.

Para chegar a esta conclusão reporto-me ao caso que foi objecto deste trabalho, onde a instituição que elaborou o projecto não teve em atenção este factor, indo ao terreno sem prévio contacto<sup>5</sup> com os afectados.

Pelo modo como foi implementado o projecto nada indica ser este o projecto desejável para aquela comunidade, naquele tempo, isto é nada indica que as pessoas não optariam por outro se tivessem tido essa oportunidade.

<sup>5</sup> Refiro-me a uma auscultação, que permitesse saber as perspectivas dessa gente e seus interesses

*E há algo que  
indica o  
contrário?*

A Comissão Nacional de Reinserção Social ainda não inclui, ignorando até uma componente muito importante nos seus projectos e que se refere a gestão de conflitos.

Porque esses projectos não envolvem a participação comunitária na sua concepção, não considera os mecanismos de exclusão e marginalidade no interior das comunidades, sendo que não há a acção desejável sobre eles.

A ideia de organizar os pescadores em associação antes de ser uma imposição devia nascer da percepção destas das vantagens desse tipo de organização, cabendo a Comissão envidar esforços para que tal sucedesse, nomeadamente através de reuniões de esclarecimento e informação, através de exemplos, concretos de locais onde isso funcionou, etc.

É, ainda uma relação em que as decisões são tomadas de cima para baixo, sem uma preocupação com os interesses e perspectivas locais.

No entanto, a abordagem metodológica compreendendo 3 componentes, neste caso, permite perceber o fenómeno pobreza sob várias perspectivas e agir eficazmente sobre ele.

Outra possibilidade de sucesso advém da responsabilização á Comunidade na resolução dos seus problemas.

De tudo o que foi aqui apresentado e indo a hipótese avançada no início do trabalho, inferno-a, no entanto avanço as seguintes recomendações:

A que se refere a hipótese?

## Recomendações

- A Comissão, para o sucesso dos seus projectos, devia dar um crédito às pessoas para quem trabalha deixando-as opinar sobre as formas de resolver seus problemas.
- Criar mecanismos que permitam o surgimento de novas lideranças nas comunidades, de modos a quebrar prováveis ciclos de exclusão no interior destas.
- Levar a que as pessoas pensem que a melhor forma de organização é em cooperativas e não simplesmente apresentar isso como condição.
- Ter em consideração os focos de conflitos, tomando medidas para que sejam o mais reduzido possível ou mesmo fazendo a sua gestão.
- Estimular e cuidar para que haja sempre uma assistência técnica e treinamento dessas Comunidades nas suas novas responsabilidades, evitando desse modo que haja uma desistência por parte desta.

## Bibliografia

- Al Gore et al; **Reinventar a Administração Publica;** in Monteiro,J.&Kumanga, M Course pack de Governação;Voll;Ufics/UEM; Maputo;1999.
- Amaro, M. de Areias; **Noções de Administração Pública;** Platano Editora, 5ª Edição; Lisboa; 1984.
  - Carvalho, José A.S; **La Dynamization des Initiatives Locales: Une Force Synergique de Developpement;** L'Harmattan; Paris; 1997
- **Constituição da Republica de 1990**
- Dunsire, Andrew; "Modes of Governance", in Kooiman,J (ed); **Modern Governance,** London; 1993
- Felicissimo, Jose Roberto; Estado Dubnacional, Governabilidade e Planejamento- O caso de Sao Paulo ( 1947-1997); in Monteiro,J. & Kumanga,M; Course pack de Governação; Voll; Ufics/UEM; Maputo; 1999
- **Fórum Africano sobre Governação ( rascunho); 1ª Versão;1997,** in Monteiro,J. &Kumanga M; Course pack de Governação; Voll; Ufics/UEM, Maputo; 1999



- Hyden, Goran; "Governação e o Estudo da Política" , in Governance and Politics in Africa, Boulder & London, Lynne Rienner Publishers
- Kliksberg, Bernardo; Modernização do Estado para o Desenvolvimento Social-algumas questões-chave , in Monteiro, J & Kumanga, M. (org), Course Pack de Governação; Vol 1;UFICS/UEM; Maputo,1999
- MQL-Manual de Planificação de Projectos Orientados para Objectivos;(trad. Joaquim T. de Almeida); Norad; Maputo.
- National Partnership Facilities: Capacity Building for social Development-A Proposal; in Monteiro,J & Kumanga, M. (org), Course Pack de Governaçãoç Vol1; Ufics/Uem; Maputo;1999
- Ostrom, Elinor; "Reformulating the Commons" ( Background Paper for Plenary Presentation on "Common Property Rights Natural Resources in Sustainability at 5<sup>th</sup> Biennial Conference of the International Society for Ecological Economics on Policies and Institutions for Sustainability, in Santiago; Chile; 1998).
- Programa Nacional Integrado de Acção Social Emprego e Juventude (1998-2001); CNRS, Maputo
- Relatório de Desenvolvimento Humano, Trinova Editora (edic. em port); Lisboa; 1997
- Relatório Nacional sobre Desenvolvimento Social, Micas, Maputo,1999

- Spink, P & Clemente R (org); 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania; Fundação Getúlio Vargas, in Monteiro J. / Kumanga M, Course pack de Governação; VOLL; UFICS/UEM; Maputo; 1999
- Stieffel, M. & Wolfe, M. "A voice for the Excluded, Popular Participation in Development: Utopia Or Necessity?" London & Jersey; ZedBooks Ltd
- Swilling, Marks; "Changing Conceptions of Governance"(draft one); Graduate School of Public and Development Management; 1997
- ZOOP; Planeamento de Projectos orientado para Objectivos-Um guia de orientação para o planeamento de projectos novos e em andamento; GTZ, Maputo.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

Provincia \_\_\_\_\_ Distrito \_\_\_\_\_  
Posto administrativo \_\_\_\_\_ Localidade \_\_\_\_\_  
Povoado \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_ data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_ Agregado familiar \_\_\_\_\_  
Rendimento mensal do titular \_\_\_\_\_ rendimento mensal do agregado familiar \_\_\_\_\_  
Profissão \_\_\_\_\_ Outras actividades subsidiárias \_\_\_\_\_  
Ocupação actual \_\_\_\_\_  
Aspirações \_\_\_\_\_  
Principais dificuldades/constrangimentos \_\_\_\_\_  
Observações \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Tipo de benefício \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

